

2m. 194. 2, P. 63

FH estuda criação de conselho agrário

Órgão reuniria quatro ministérios, MST e organizações não-governamentais

RICARDO AMARAL

BRASÍLIA — A criação do Conselho Nacional de Reforma Agrária é a medida política mais importante em estudo pelo governo federal para reagir à escalada de violência no campo. O conselho reuniria todos os ministérios envolvidos na questão fundiária (Agricultura, Educação e Saúde, além do futuro Ministério Extraordinário da Reforma Agrária) e entidades não-governamentais que tenham ou não atividade diretamente vinculada às questões do campo.

Até o Movimento dos Sem-Terra (MST) poderia ser convidado a integrar o conselho, de acordo com um membro do governo que vem participando de todas as ações desde o massacre do Pará. A idéia é dar a este conselho acesso a todos os números e ações no projeto de reforma agrária, funcionando também como uma "câmara de descompressão" do debate.

Com a transparência proporcionada pelo conselho, seriam evitadas discussões sobre o real número de assentados, por exemplo. Os defensores da tese do conselho sustentam que já existem câmaras desse tipo funcionando, com bons resultados, nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e assistência à infância e à adolescência. "O pau quebraria lá dentro, não nas estradas", comparou um defensor do conselho.

Reação — O governo concluiu que é preciso reagir à questão fundiária de maneira correspondente à repercussão negativa do massacre do Pará. Por isso, calcula que o instrumento de realização da reforma agrária, o desgastado Incra, deve ganhar uma nova dimensão. Depois de análises na área administrativa, decidiu-se criar um ministério extraordinário, um simples gabinete, montado sobre a estrutura do Incra, que deverá ser totalmente modificada.

O presidente Fernando Henrique Cardoso espera do futuro ministro da Reforma Agrária que apresente opções tanto para a atual diretoria do Incra (que o ministro poderá modificar à vontade), quanto para a emperrada estrutura da autarquia. A base legal para a reforma agrária continuará sendo o Estatuto da Terra, editado no governo Castello Branco (1964-1967), com a agilidade proporcionada pelos projetos de lei em discussão no Congresso, como o que propõe a adoção de rito sumário na imissão de posse pelo governo das terras desapropriadas.

Um dos setores mais preocupados com uma resposta rápida são

as Forças Armadas. O chefe do Gabinete Militar da Presidência, general Alberto Cardoso, foi peça-chave nas ações imediatas após o massacre. Ele providenciou uma varredura na área, para a busca de eventuais cadáveres desaparecidos (suspeita levantada pelos sem-terra e não confirmada), e também deslocou tropas do Exército para garantir a segurança do sepultamento dos 19 mortos, no sábado.

Diálogo — O Exército acompanha toda a movimentação do MST no Brasil. O governo avalia que a direção do Movimento dos Sem-Terra dá um caráter ideológico à reivindicação, mas está conseguindo agregar uma massa de adeptos que inclui, além de camponeses expulsos de suas terras, trabalhadores de pequenas e grandes cidades num movimento de retorno ao campo. O problema no diálogo com o MST, na avaliação do Planalto, é que, a cada reivindicação atendida, os dirigentes apresentam uma nova, tornando o confronto interminável.

Ontem mesmo, o presidente do Incra, Raul do Valle, estava irritado com a liderança dos sem-terra de Eldorado dos Carajás. Mesmo depois da decisão do governo de desapropriar para eles 5 mil hectares da Fazenda Macaxeira, onde ocorreu o conflito, duas novas exigências foram postas na mesa: que a área desapropriada fosse ampliada para 40 mil hectares e o governo não pagasse pela desapropriação, já que os supostos proprietários da fazenda são apenas foreiros (sem título de propriedade).

O ESTADO DE SÃO PAULO

24 Abr 96

DESTAQUE

ELIO GASPARI

Curionópolis é logo ali

Falando em Porto Seguro a uma platéia de pataxós e petistas o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou:

— Assumamos nós todos a culpa de não termos sabido conversar, de não termos sabido impor as necessidades desse povo.

Nós quem, Grande Chefe Branco? Se a culpa é de todo mundo, não é de ninguém.

Apesar do massacre de Curionópolis ter provocado um novo surto em favor da reforma agrária, vale a pena perguntar? O que Curionópolis tem que ver com a reforma agrária? Elementar: se a terra estivesse bem dividida os sem-terra não teriam sido assassinados. Falso. As vítimas das matanças de Vigário Geral e da Candelária não lutavam por terra. Aliás não lutavam por nada além de uma noite de sono. Curionópolis tem muito mais que ver com a questão da polícia e do poder do que com a divisão da terra. Tem que ver com a ferocidade do poder quando está diante de cidadãos indefesos e da sua docilidade quando se move no andar de cima. Nesse mundo não há falta de conversa, mas gogó demais.

Encravado no meio da mata do sul do Pará, o município de Curionópolis pode parecer longínquo e insignificante, mas sua história informa que ele está logo ali, depois de cada esquina. Significa cidade de Curió. Curió foi o apelido dado no início dos anos 70 a um engenheiro do Incra (de novo a reforma agrária) chamado Marco Antônio Luchini. Não

era engenheiro nem do Incra, muito menos Marco Antônio. Chamava-se Sebastião Rodrigues de Moura, major do Exército. Caçava guerrilheiros do PC do B espalhados pelo Araguaia. Combateu, foi baleado e prevaleceu. Venceu o mau combate, comandado por generais que não fizeram prisioneiros nem permitiram registro.

Na luta contra os mais fracos, o Estado sumiu com os cadáveres de pelo menos 80 cidadãos. Alguns deles foram degolados depois de mortos. O comportamento dos comandantes militares diante da guerrilha do Araguaia foi um ato de poder. A mata onde hoje está Curionópolis era logo ali. Em São Paulo fazia esquina com o DOI da Rua Tutóia; no Rio, com o da Barão de Mesquita.

Pode-se supor que o major Curió fosse um disciplinado combatente das forças da ordem. Coisa nenhuma. Na manhã do dia 12 de outubro de 1977, quando o presidente Ernesto Geisel demitiu o ministro do Exército, general Sylvio Frota, Curió estava novamente disposto a combater. Foi para o saguão do Aeroporto de Brasília para convencer os generais-de-exército chamados por Geisel a acompanhá-lo ao Forte Apache, onde se tramava a deposição do presidente. O major que matava no mato em defesa da ordem miou no aeroporto quando o golpe mixou e voltou para sua mesa no Centro de Informações do Exército. Ainda que patético, o golpe frustrado de outubro de 1977 ameaçou muito mais o governo do que todas as conspirações esquerdistas da ditadura, mas, como a briga ficou no andar de cima, fingiu-se que não houve.

A mata da qual Curionópolis é

parte renasceu nos anos 80. Um garimpeiro achou a mina de Serra Pelada. Ouro a céu aberto, de onde saíram 50 toneladas em dois anos. O major, já tenente-coronel, voltou ao mato. Desceu

como plenipotenciário do Serviço Nacional de Informações para administrar a mina. Militarizou o garimpo e popularizou-se na região. O ouro da floresta globalizou as vizinhanças de Curionópolis. Em 1983 o Brasil estava quebrado e sem reservas. Os lingotes de Serra Pelada iam para a fundição da Casa da Moeda. Ela não tinha credencial para a cunhagem e o governo precisava de dólares para ontem. Acertou-se um esquema pelo qual um funcionário do Banco Morgan assistia ao embarque dos lingotes no Aeroporto do Galeão, telefonava para Nova York e, adicionando-se uma taxa camarada, depositavam-se dólares no Banco do Brasil. A Casa de Morgan faturou algo como US\$ 4 milhões nesse serviço. E assim Curionópolis fez esquina com Wall Street.

Durante o collarato, Curionópolis atravessou a Avenida Paulista. O major, transformado em tenente-coronel da reserva, já liderara uma revolta de garimpeiros e se elegera deputado federal pelo PDS. Apenso à caixinha de Paulo César Farias, tomou US\$ 120 mil da Mercedes-Benz.

Em todos esses casos poucos foram os que assumiram os benefícios e muitos os que receberam o chanfalho. É por isso que fica difícil entender como se possa acreditar que a culpa é de todos.

2m. 194-4, P. 65

O ESTADO DE SÃO PAULO

24 Abr 96

COLUNA DO ESTADÃO

CRISTIANA LÔBO, COM AGÊNCIA ESTADO

Está praticamente certo que o presidente Fernando Henrique Cardoso vai decidir pela criação do Ministério Extraordinário para Assuntos de Reforma Agrária, nos mesmos moldes do Ministério Extraordinário dos Esportes, ocupado por Pelé. Com reduzidíssima estrutura burocrática, englobaria apenas o Inbra.

As especulações sobre nomes só aumentam. São citados para o posto: Euclides Scalco, que hoje

preside a Itaipu; José Gregori, chefe de gabinete do Ministério da Justiça; Raul Jungmann, presidente do Ibama e Odacir Klein, ministro dos Transportes — neste caso, ficaria com o Ministério da Agricultura. Na noite de ontem surgiu na parada também o nome do ex-governador Ciro Gomes.

Na conversa que teve ontem no Palácio do Planalto, o presidente da Contag, Francisco Urbano, indicou o vice-governador do Rio Grande do Sul, Vicente Bogo.

OSÉ CASADO

No Pará, reforma limitou-se a maracutaia

Por trás da tragédia de Eldorado de Carajás existe uma história ainda não contada sobre o costume secular dos governantes de deixar à natureza a solução dos conflitos sociais.

A morte de mais de duas dezenas de sem-terra resulta, em boa parte, da leniência de sucessivos governos civis sobre o que fazer, por exemplo, com o estoque de terras dos Estados tomadas pela União na década dos 70, na esteira da construção da Transamazônica.

Em 1971, estava em marcha um "Brasil Grande" comandado pelo general Emílio Médici. A Transamazônica era mais que o projeto de uma superestrada com grandes oportunidades de negócios para empresários com ousadia assentada nos cofres públicos, e tornara-se um emblema da megalomania de perpetuação no poder do condomínio militar e civil instalado em Brasília.

Com uma assinatura o general Médici decretou a federalização das terras às margens das rodovias federais, num raio de 100 quilômetros. A União assumiu o controle de dois terços do território do Pará, o correspondente a 34 milhões de hectares. Na vida real, estabeleceu-se o caos na titularidade de terras no Estado.

A confusão só aumentou com a concessão de incentivos fiscais nas áreas onde, aparentemente, não existiam dúvidas sobre a titularidade da terra. No

sul do Pará, os incentivos produziram superfazendas de gado. A maior parte delas, porém, não passou de gigantescas queimadas de mata, alibi necessário para que seus proprietários pudessem receber os recursos do Tesouro.

A política governamental de incentivos à criação de pastos na região teve dois resultados principais: o desperdício de dinheiro público aos bilhões, com a construção de fortunas privadas, e uma aguda concentração da posse e da propriedade da terra.

Dois anos depois que o último dos generais, João Figueiredo, saiu pela porta dos fundos do Palácio do Planalto pedindo ao povo que o esquecesse, seu sucessor civil, José Sarney, cuidou de criar um ministério e ir até Belém para revogar os decretos de Médici.

Desde 1987, ou seja, há pelo menos nove anos, o Pará já poderia ter assumido o controle de 34 milhões de hectares de seu território — área mais que suficiente para ampla reforma agrária no Estado.

Nesse período, porém, duas centenas de pessoas morreram na disputa por terras no Pará, com o Estado assumindo a liderança nacional de conflitos agrários. A última leva de miseráveis foi enterrada lado a lado, em Curionópolis, no fim de semana. Alguns eram sem-terra, outros sem-emprego, quase todos

vindos do Maranhão, Piauí e Tocantins, cujas economias dependem essencialmente do auxílio federal.

A leniência dos governantes fez com que a burocracia deixasse adormecer no limite de um papel ofício a revogação dos decretos de Médici. O caos fundiário foi consolidado numa das regiões do País com maior disponibilidade de terras públicas e menor densidade demográfica.

E nele proliferaram maracutaias. Uma das grandes foi protagonizada pelo próprio então ministro da Reforma Agrária, Jáder Barbalho, atual senador pelo PMDB do Pará. Num único ano, ele emitiu 73% do total de moeda impressa usada pelo governo em quase duas décadas (1964-1992) para comprar terras destinadas à reforma agrária. A megamissão de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) só serviu para beneficiar famílias de correligionários do ministro, proprietárias de castanheiras no Pará, em desapropriações superfaturadas.

Na sucessão de golpes, o maior, porém, foi dado por advogados de um fantasmagórico fazendeiro, Carlos Medeiros, identificado em processos judiciais com documentos falsos de identidade e que jamais foi visto por nenhum ser vivo. Grilaram nada menos que 9 milhões de hectares, o equivalente a 9% do Pará e 1% do território nacional.

Um dos derivativos dessa supergrilagem está em meia dúzia de ações em trâmite na Justiça Federal, em Brasília, nas quais cerca de dez supostos proprietários — sucessores do "fantasma" — reclamam uma indenização do Inbra de nada menos que R\$ 400 milhões.

Isso é 50 vezes mais que o valor pago pelo Inbra, no ano passado, ao fazendei-

CONTINUA

2m-194-4, P. 66

Novos rumos da inteligência

Roberto Numeriano

O presidente Fernando Henrique Cardoso fez mudanças na área de Inteligência que reacenderam o debate sobre o papel desta atividade no Brasil. Foi transferida para a alçada da Casa Militar da Presidência da República, chefiada pelo general Alberto Cardoso, toda a estrutura e quadros da Subsecretaria de Inteligência. A medida reflete a disposição presidencial em reestruturar a área, obedecendo ao propósito de criação da futura Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

A questão do serviço de informações é sensível e provoca reações quase sempre inspiradas na lembrança do antigo Serviço Nacional de Informações (SNI). Teme-se, afinal, um SNI redivivo, um novo leviatã "golberyano" atuando sob a batuta da antiga Ideologia de Segurança Nacional e seus fantasmas, dentre estes o "inimigo interno" — pecha outrossora atribuída aos opositores ao regime militar.

O debate atual não sofre este maniqueísmo típico da Guerra Fria, quando o SNI traduzia o enfoque de um mundo bipolar, dividido entre capitalismo e comunismo. A questão, agora, é saber se a futura Agência Brasileira de Inteligência (Abin), deverá atuar no campo interno, no campo externo, ou em ambos. Não está em pauta discutir a necessidade do serviço, mas as áreas, papéis e limites institucionais de sua atuação. Deverá, a futura Abin, apenas municiar o Governo no combate ao narcotráfico, crime organizado e terrorismo? Deverá somente desenhar cenários estratégicos relevantes para o Estado, em campos como o da Ciência e Tecnologia? Ou um movimento grevista é problema a ser assinalado no contexto dos movimentos sociais?

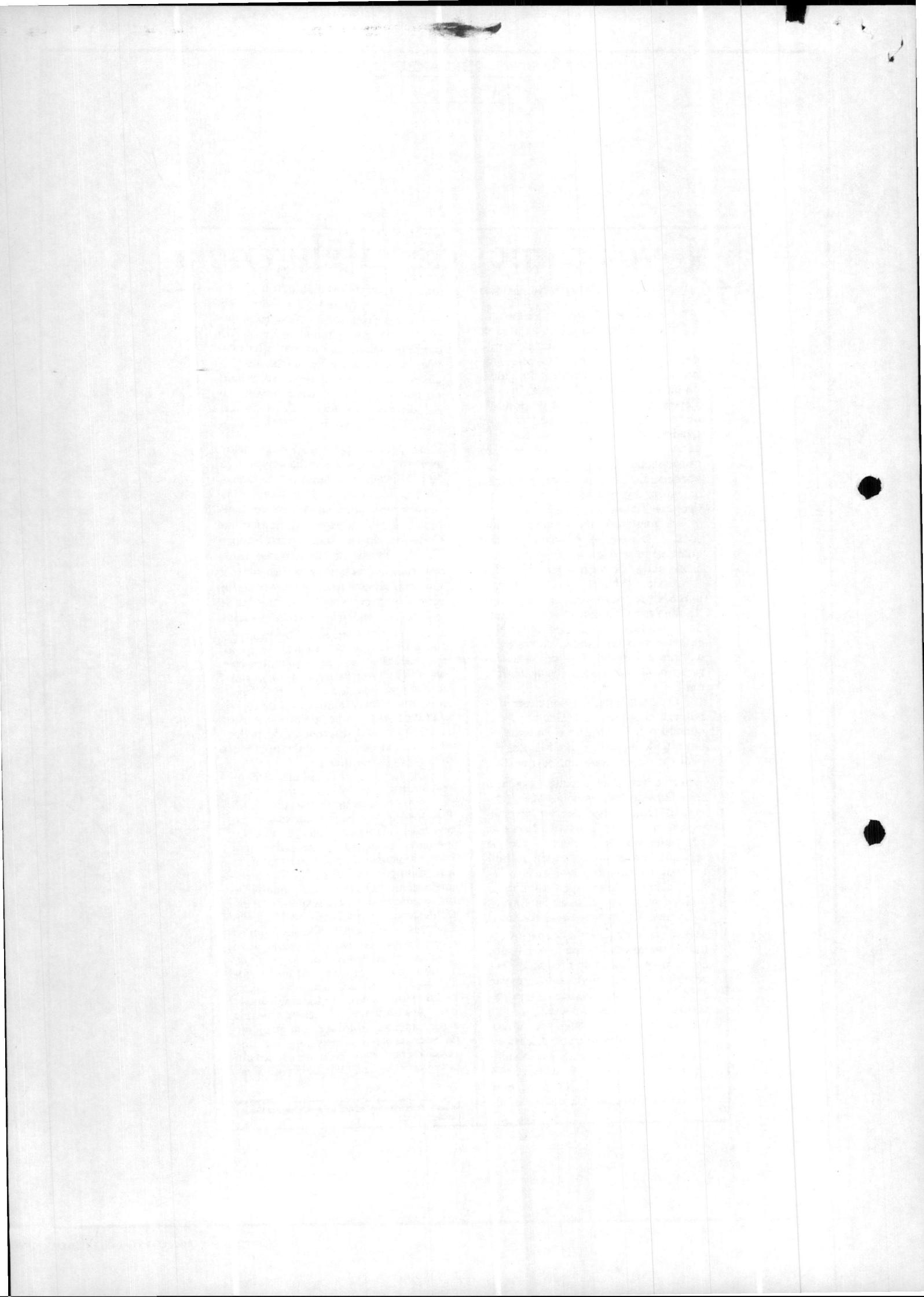
Na cúpula do Poder Executivo, são estas as alternativas de discussão. E é essencial que assim seja, incluindo a participação da sociedade, via Congresso Nacional. O presidente Fernando Henrique Cardoso é entu-

siasta da idéia, estimulando a elaboração do projeto de lei que dispõe sobre a criação da Abin. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores (PT) também elabora um projeto que propõe substanciais e positivas mudanças na área de Inteligência, sobretudo no que concerne ao papel institucional da agência, forma de organização, áreas de atuação etc.

É preciso, pois, dispor os vários aspectos do tema sob a perspectiva de um Estado que busca se modernizar e se integrar competitivamente na nova ordem mundial, inclusive aspirando a um assento estratégico no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pensar a questão nos moldes maniqueístas da era ditatorial é um retrocesso que só interessa a quem, por conveniência, saudosismo ou inapetência para a reciclagem, deseja que tudo permaneça como está. Mas se, a curto prazo, o resultado disso são as recorrentes crises no Governo Federal, a longo prazo o prejuízo será de toda sociedade, pois, em última análise, a Inteligência lida com o conhecimento — e este já é o principal diferencial de poder entre as nações, acima de qualquer poderio bélico-militar.

De fato, o conhecimento (técnico-científico, econômico, político) é o novo paradigma do século XXI. Estados e empresas (transnacionais ou não) elaboram suas estratégias, mediante perspectivas traçadas com base na análise de dados da realidade, integrada por várias instâncias do conhecimento. O Serviço de Inteligência brasileiro deve corresponder a este desafio. É indispensável que o Congresso Nacional discuta com o Executivo a concepção de uma nova estrutura e redefinição dos papéis que ao serviço couber no plano institucional. Assim procedendo, não haverá razão para novos emocionalismos, nem desconfianças. Estas reações, a rigor, apenas adiariam, em prejuízo da sociedade, a necessidade de discussão em torno da criação de um novo serviço de Inteligência do Brasil.

Roberto Numeriano é jornalista e mestre em Ciência Política.



JUSTIÇA COMUM PARA MATADORES

Massacre dos sem-terra em Eldorado dos Carajás obriga o governo a tomar medidas pela reforma agrária

Vanda Célia, Fernanda Melazo e André Campos
Da equipe do Correio

Os 150 policiais militares que abriram fogo contra os sem-terra no Pará deverão ser julgados pela Justiça Federal como se tivessem cometido crime comum. Dossiê do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos (CDDPH), depois de serem ouvidas 30 testemunhas, confirma a execução pela Polícia Militar do Pará e pede que os culpados, incluindo o coronel Mário Pantoja, que comandou a operação, sejam enquadrados por homicídio qualificado, com pena máxima de 30 anos de reclusão.

O compromisso para que os policiais militares de Eldorado dos Carajás sejam enquadrados e julgados na Justiça comum foi acertado ontem pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente do STF, Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, e os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Luiz Eduardo Magalhães, além do ministro da Justiça, Nelson Jobim.

EMERGÊNCIA

Os chefes dos três poderes da República acertaram a edição de um pacote com medidas de emergência para banir a violência no campo. Durante uma hora e meia do encontro, no Palácio do Planalto, eles lamentaram a morte dos 19 sem-terra em El-

dorado dos Carajás, tragédia que comove o País há seis dias. Fernando Henrique prometeu até criar um ministério extraordinário para fazer a reforma agrária em seu governo, conforme antecipou ontem o Correio Braziliense.

"Defendi a criação do ministério, o presidente não recusou a idéia. Ao contrário, prometeu estudá-la", contou o presidente do Senado, José Sarney. No governo, o Ministério da Reforma Agrária é dado como certo. E o nome mais cotado para ocupá-lo ontem à tarde era o do presidente da Contag, Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, Francisco Urbano. Ele também preside o PSDB no Rio Grande do Norte.

Progressista, Urbano conhece a realidade do campo — já foi, inclusive, plantador de milho, feijão e arroz no interior. "Estou feliz porque meu nome está sendo lembrado", disse ao Correio. A guinada do governo em favor dos progressistas é a primeira tentativa concreta de buscar soluções para a tragédia do Pará.

GOLPES E TORTURA

Quase uma semana depois do confronto, Fernando Henrique fechou a aliança com o Congresso e o STF para mudar leis e endurecer o jogo com as polícias que matam. Ainda hoje, o presidente do CDDPH, Humberto Pedrosa Espíndola, entrega ao minis-

tro da Justiça, Nelson Jobim, o dossiê mostrando que os PMs mataram os sem-terra a bala, golpes de foice, facões e cabos de enxada, além de socos e pontapés.

O pacote de emergência agrária, anunciado ontem, tem 9 medidas (veja nesta página), a maioria delas dependendo de votação no Congresso. É o caso do rito sumário, projeto que permite desapropriação imediata. Enviado pelo governo a proposta está na Comissão de Constituição de Justiça da Câmara mas deverá tramitar com urgência urgentíssima para o plenário e o Senado. A previsão é de votação na próxima semana.

CRIME E CASTIGO

Outra medida é a votação pelo Senado do projeto que determina julgamento comum para policiais militares. Aprovado na Câmara pode ser votado no Senado ainda nesta semana. Além dessas propostas, Fernando Henrique quer garantir emenda constitucional para federalizar crimes cometidos contra direitos humanos. Com isto, deverá ser criada Vara específica da Justiça Federal para cuidar de assuntos agrários.

Função relevante será dada ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ligado ao Ministério da Justiça. Caberá ao conselho definir quais os crimes de policiais militares serão julgados pela Justiça comum.

Continua

Continuação

ANÁLISE DA NOTÍCIA

O Riocentro de Fernando Henrique

André Gustavo Stumpf

Da equipe do Correio

A matança de trabalhadores sem-terra no sul do Pará é, de longe, o episódio mais forte a confrontar a postura imperial de um governo que, neste ano, não conseguiu emplacar reformas, nem avançar nas privatizações. A inação nessas áreas sensíveis estava sendo controlada por um discurso modernizador, praticado dentro do Brasil e no estrangeiro.

O episódio de Eldorado fez cair a máscara. Foi uma espécie de Riocentro do governo Fernando Henrique. Em 1982, o governo Figueiredo caminhava na direção da redemocratização, com suposto apoio militar. De repente, flagraram militares colocando bombas num show de música popular em comemoração ao 1º de Maio, realizado na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro. Figueiredo preferiu abafar o episódio, ao invés de punir os culpados.

O presidente Fernando Henrique não foi ao sul do Pará. Preferiu

chamar os presidentes da Câmara, Senado e Supremo Tribunal Federal para tentar uma ação coordenada dos três poderes. Perdeu um tempo precioso e não assumiu o discurso da reforma agrária. Resolveu discutir, com seus assessores, se deveria ou não recriar ministério ou secretarias especiais para lidar com o problema.

As dificuldades do presidente em colocar a mão na questão social apontam para o óbvio: fazer reforma agrária é fácil. Basta haver vontade política.

Arraes adverte para resistência

A ameaça do presidente João Goulart de fazer uma reforma agrária "na marra" foi uma das causas que levaram ao golpe de 1964. Naquele ano, entre outros, o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes, defensor da redivisão de propriedades rurais, foi cassado pelos militares. Ontem, o mesmo Arraes, admitiu que as Forças Armadas devam participar da implantação da reforma agrária no Brasil.

"O processo de reforma agrária pode desencadear um protesto dos proprietários que seja acima do normal. As garantias têm que existir em qualquer circunstância", afirmou.

Arraes usou exemplos de países que fizeram a redivisão de propriedades agrícolas para demonstrar as dificuldades em *convencer* os proprietários de terras. "Em alguns a resistência dos proprietários teve que ser rompida pela força", garantiu.

"A União tem que ser responsável pela reforma, mas é necessária a participação de forças dos municípios e dos estados (prefeitos, governos estaduais, sindicatos e outras entidades civis)", reivindicou. Entretanto, ele não sabe exatamente como poderia ser essa "descentralização". "Vamos discutir como vai ser isso", afirmou.

MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

RITO SUMÁRIO

Desapropriação imediata de terras em conflito. Derrota dos ruralistas.

MINISTÉRIO

Recriação do Ministério da Reforma Agrária está definida.

EMENDA

Emenda constitucional para federalizar crimes contra direitos humanos, que serão julgados pela Justiça Federal, menos vulnerável às pressões políticas regionais.

URGÊNCIA

Pedido de urgência urgentíssima para o projeto que determina que policiais militares passem a ser julgados pela Justiça Comum.

CONSELHO

Fortalecimento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, que passará a definir quais crimes serão considerados contrários aos direitos humanos.

FÓRUM

Criação do Fórum Nacional Sobre Violência no Campo no Ministério da Justiça.

REUNIÃO

O governo quer se reunir com os secretários estaduais de Segurança Pública para exigir um basta na violência e procurar soluções para o conflito agrário.

JUSTIÇA

Criação de uma Vara da Justiça Federal específica para crimes agrários para agilizar os processos e permitir que sejam julgados por especialistas.

SEGURANÇA

O governo pretende criar unidades especiais de segurança coletiva, uma espécie de guarda nacional, responsável pelo policiamento civil.

Continua

Guarda nacional é outra idéia

Celson Franco
Da equipe do Correio

O massacre de Eldorado de Carajás deixou o governo apavorado. O presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou ontem aos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, do Senado e da Câmara, José Sarney (PMDB-AP) e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), a idéia de criar uma guarda nacional, com o nome de Unidades Especiais de Segurança Coletiva, para resolver grandes conflitos que fujam ao controle das polícias esta-

duais.

A idéia, de forma genérica, está exposta no relatório do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) sobre a reforma administrativa apresentada pelo governo ao Congresso Nacional. O assunto, contudo, vem sendo estudado faz algum tempo pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), com o apoio do Centro de Inteligência do Exército (CIE). O conflito no Sul do Pará precipitou as coisas.

A criação de uma guarda nacional no Brasil agrada às Forças Armadas e, especialmente, ao Exército, que cederia oficiais dos seus quadros para compor o novo organismo de segurança. Cogita-se da utilização, também, de gente da Polícia Federal.

As Unidades Especiais permitirão ao governo federal intervir nos estados em casos de conflitos graves, sem caracterizar a intervenção.

O deputado Moreira Franco chegou a conversar sobre a proposta com o ministro da Justiça, Nélson Jobim, e com o ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Benedito Bezerra Leonel.

Jobim falou em uma guarda nacional de natureza civil. O deputado Moreira Franco defende uma estrutura fundamentada na necessidade de preservação da ordem pública, não da segurança nacional, a cargo das Forças Armadas. "O Exército é treinado para matar, para ocupar, para a guerra", argumenta ele. Há, porém, no governo, quem garanta que a estrutura será militarizada.

VISTO, LIDO E OUVIDO

ARI CUNHA

Não vai haver punição dos culpados de Curionópolis

Dá pena, no nosso país, ouvir uma viúva, órfãos, amigos revoltados pedirem justiça contra um ato flagrantemente horrendo. Dá pena, porque nossas leis são fragmentos de vergonha, restos de casuísmo, ao sabor das interpretações dos advogados. O texto facilita julgamentos diversos, e é aí que a Justiça paga sem ter culpa. O direito de defesa concede até oito recursos, e nisto vai-se o tempo, caduca a história, cambiam-se as interpretações.

É vendô Carandiru, Caruaru e o episódio da morte por sufoco numa cela em São Paulo, que o cidadão comum se despede da realidade cruel de que os verdadeiros culpa-

dos não serão punidos. Vai haver acusação, muita discussão, autoridades serão questionadas, muitos fatos novos aparecerão, para no fim das contas as vítimas serem enterradas e esquecidas a partir de alguns meses.

Não é a Justiça que é lenta. São nossas leis que não tiveram sabedoria para punir a culpa, mas se esmeraram em oportunidades de fuga pelos argumentos jurídicos. A realidade é cruel, quando se diz que cadeia foi feita para preto e pobre. Mas a ver-se pelo número de crimes pode-se dizer que uma mão tem dedos demais para indicar os grandes e poderosos que estão presos, cumprindo pena.

Continua

CORREIO BRAZILIENSE23 Abr 96

Custo da estabilização

O alto custo social da estabilização da moeda indica que é preciso maior empenho e velocidade do governo na execução e aprofundamento das reformas.

Não basta acusar o Congresso, atribuir-lhe resistências às mudanças e cruzar os braços.

Sabe-se que essas resistências existem, mas cabe ao governo a iniciativa de contorná-las, mediante canais de negociação que as viabilizem. O Congresso queixa-se do comportamento autoritário do governo no encaminhamento das propostas. A contrapartida tem sido a intransigência parlamentar.

Os índices que medem o desempenho da economia têm sido crescentemente preocupantes. Pesquisa da Fundação Seade, em convênio com o Dieese, constata que o índice de desemprego em São Paulo, em março, é o maior desde a implantação do Plano Real, em julho de 1994.

Nada menos que 89 mil pessoas perderam o emprego nesse mês. Com esses números, 15% da população economicamente ativa — mais de 1 milhão e 200 mil pessoas — estão desempregados. A decodificação desses números é igualmente preocupante. A maioria das demissões registrou-se no setor de serviços, do qual se esperava performance inversa, capaz de absorver desempregados da indústria e do comércio (que continuam demitindo).

O presidente Fernando Henrique já deu sinais de que irá reduzir o sufoco da políti-

ca monetária. Pesquisa da Associação Nacional das Empresas de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi) mostra que houve queda de 0,5% a 1% nas taxas de juros do crédito direto ao consumidor, neste mês de abril.

É um bom sinal, a que o mercado reage com presteza. No mesmo período, e em decorrência dessa queda, houve aumento de 15% em relação ao ano passado na procura de crédito. Não basta, porém. A reversão do amplo quadro de inadimplência, que afeta sobretudo pequenos, médios e microempresários — setores que mais absorvem mão-de-obra, inclusive não especializada — exige providências bem mais amplas e imediatas.

É indiscutível que a derrubada da inflação é fator fundamental para o reequilíbrio da economia. Não pode, porém, ser obtido a um custo social tão elevado. É preciso que o governo gradue o processo, acione os instrumentos de política monetária para reduzir o sufoco do crédito e permita a retomada, ainda que paulatina, do crescimento econômico.

Há medidas há muito reclamadas, como os ajustes fiscal e tributário, que deveriam constar da agenda de reformas desde o ano passado, mas, retirados da pauta, não constam nem na deste semestre.

Vencidos os desafios iniciais de derrubada da inflação, é hora de o governo atenuar os efeitos colaterais da estabilização no plano social. Ou então estará diante de mais uma vitória de Pirro.